

## MAIS BLOCO PARA ENFRENTAR TEMPOS NOVOS

A X Convenção do Bloco de Esquerda, cinco meses antes da data prevista, é, do nosso ponto de vista, justificada pela necessidade de aprofundar a linha de orientação política que, justamente, se vem afirmando desde as legislativas e que, por força da própria realidade, não corresponde propriamente ao que havia sido aprovado em Novembro de 2014.

**Apresentamo-nos com moção própria nesta X Convenção porque entendemos o BE como uma organização onde a pluralidade de pontos de vista em torno de objectivos comuns constitui componente intrínseca da sua identidade. Construimo-nos pela unidade na diferença e disso temos orgulho. O Bloco é a nossa Casa Comum, aqui militamos e aqui entregamos, como todos os camaradas, independentemente das moções que subscrevem, o melhor das nossas energias e inteligências.**

**Dois razões fundamentais levaram a que nos demarcássemos do processo de uma moção conjunta com a Plataforma Unitária e a Esquerda Alternativa:**

**Primeiro, porque entendemos que o que nos distingue é suficientemente significativo para que contribuamos com independência de pontos de vista para um BE mais forte e mais interventivo;**

**Segundo, sobretudo, porque é nesse quadro plural de pontos de vista e em todos os órgãos, da base ao topo, que queremos construir as sínteses necessárias para a nossa intervenção, contribuindo para um Bloco mais democrático.**

Os resultados eleitorais obtidos pelo BE nas últimas eleições legislativas e presidenciais permitiram inverter o quadro de declínio que se vivia nos meses anteriores. Conquistou-se o maior grupo parlamentar de sempre e os melhores resultados numa candidatura própria à Presidência da República. Afirmou-se entre setores vastos da população uma nova geração de dirigentes – mulheres, jovens e combativas.

Beneficiámos com acerto tático de um conjunto de circunstâncias extraordinárias que permitiram passar do desafio ao Partido Socialista no arranque da campanha eleitoral a um acordo de incidência parlamentar de apoio a um governo do PS, ultrapassando-se na prática, objetivamente, posições que impunham uma demarcação agreste e permanente ao PS, como que receosas de uma qualquer contaminação que atraísse princípios, resquício de velhos sectarismos.

A prática veio mostrar as virtualidades de uma posição desafiante e coerente, baseada num compromisso com um programa mínimo de melhoria das condições de vida da maioria da população, o início de um caminho que se faz num quadro claro de luta contra a austeridade.

O BE beneficia hoje de uma ampla simpatia de base popular, que toca não só as populações mais débeis economicamente mas também vastos setores sociais intermédios empobrecidos com a crise e que permitiu atrair parte da intelectualidade não alinhada partidariamente, que tradicionalmente pendia para o PS. São setores sociais amplos que nos olham com confiança e expectativa. Nesta conjuntura, o aprofundamento desta orientação política constitui um eixo central para a nossa intervenção.

## Por um grande impulso

Esta é a altura ideal, acolhendo novos aderentes e abrindo as portas aos que se reaproximam de nós, para alargar a implantação e o enraizamento local e para aprofundar e aperfeiçoar o carácter profundamente democrático que o BE deve assumir. Não basta dizer que isso é um processo permanente, **é preciso assumir com toda a clareza que este é o momento para um novo grande impulso nesse sentido. É de mais Bloco que precisamos!**

Encaramos em 2017 as eleições autárquicas, as mais difíceis para o BE, no contexto do aprofundamento de uma linha política aberta, desafiante e audaz, no sentido da consolidação do crescimento da nossa influência política e da capacidade de construir uma organização capaz de enfrentar esses desafios, crescendo e reforçando-se.

Sempre apoiados, como condição indispensável, em programas fortes de defesa dos interesses das populações e da sua qualidade de vida, de afrontamento aos interesses locais, à especulação e ao caciquismo; incentivando e respeitando as especificidades locais e a autonomia das organizações concelhias, as mais habilitadas a dar resposta a essas especificidades, não descartaremos nenhuma possibilidade de acumular forças e de nos afirmarmos em todos os órgãos autárquicos, seja com listas próprias, fomentando ou integrando-nos em listas unitárias e cidadãs, convergindo com ativistas sociais ou participando em coligações à esquerda. Neste contexto, se nenhuma destas possibilidades constitui orientação geral, nenhuma se sobrepõe às restantes e nenhuma deve ser excluída.

O nosso horizonte é a defesa das populações e a promoção duma cultura de participação e de cidadania ativa, é a inteligência e o esforço generosos do nosso ativismo transformada em ação nesse justo sentido. O apoio aos autarcas eleitos e o seu enquadramento constitui um compromisso de toda a organização.

Torna-se assim indispensável tomar um conjunto de medidas com carácter imediato que adequem a organização aos grandes desafios que enfrentamos.

### Oito medidas imediatas a tomar pela Direção do Bloco

- Prestar todo o apoio às organizações de base, reorientando o corpo de funcionários para a valorização e acompanhamento às regiões e às concelhias em particular.
- Criar coordenadoras de âmbito subdistrital, subregional ou interconcelhio, onde o BE é mais fraco, designadamente no interior do país, de modo a apoiar diretamente a implantação e a consolidação organizativa.
- Elaborar um plano de alargamento e reforma da rede de sedes, de modo a torná-las ponto de encontro de diferentes activismos, local de debates políticos e de iniciativas culturais.
- Incentivar a que a consolidação organizativa corresponda a uma progressiva estruturação do trabalho por grandes áreas temáticas numa perspetiva coletiva de coordenação, baseada na responsabilização e no compromisso individual.
- Revalorizar e dinamizar o *site* bloco.org como espaço reservado à vida interna do Bloco e às suas dinâmicas, com a criação de uma rede digital aberta que promova a auscultação regular dos aderentes e a circulação permanente de informação.
- Reorganizar e alargar grupos de trabalho que preparem respostas setoriais e temáticas consistentes. Os grupos devem ser inclusivos, sem sectarismos nem discriminação objetiva, e estar articulados com o grupo parlamentar e não como sua emanação ou satélite.
- Criar uma escola de formação política no Bloco, dotada de um órgão próprio, diferenciando-a de iniciativas sincréticas, como a Cultra e a Vírus, que passarão por um incontornável processo de redefinição e reestruturação.
- Assegurar que o Orçamento do Bloco a partir de 2017 reflita estas prioridades.

Estas nossas prioridades em matéria organizativa têm por objetivo vencer as três grandes tendências de raiz que têm marcado a vida do BE. São **tendências parlamentaristas, burocráticas e centralistas**, que se vêm acentuando na situação atual em que a expansão da nossa representatividade institucional não corresponde uma organização estruturada na base e se manifesta pouca confiança na capacidade de autonomia dos aderentes, organizados nas estruturas locais.

Hoje precisamos de muito mais do que campanhas de propaganda produzidas por um corpo central de funcionários na sede na Rua da Palma, que desconhecem o estado da organização e o que se passa em baixo, na periferia dos grandes centros urbanos e no interior, e encaram a base do BE apenas como executores dessas campanhas, colando cartazes e distribuindo jornais.

**Defendemos que a intervenção política do Bloco deve radicar numa dinâmica articulada entre a Comissão Política e as organizações nos locais de habitação e de trabalho e compatibilizada, por valorização recíproca, com o grupo parlamentar.**

## **Acerto tático e orientação política**

Dada a natureza das pressões nacionais e internacionais que se exercem sobre o governo, o aprofundamento do acordo de incidência parlamentar com o PS, sendo desejável e possível é, no entanto, complexo. O esforço para encontrar soluções criativas e abrangentes que prossigam o dismantelamento da política de austeridade e a reposição de direitos sociais implica uma maior capacidade de construir alternativas setoriais que se traduzam na melhoria da vida dos trabalhadores e da população em geral.

Orientamo-nos para uma sociedade que garanta constitucionalmente e assegure na prática amplos direitos económicos, sociais e cívicos e ampla proteção social. O combate ao desemprego e ao trabalho precário constitui um aspeto absolutamente central deste caminho.

Não esqueçamos como a direita, politicamente derrotada, se divide entre o ressabiamento e os que, adocicando o discurso, pretendem recompor o centro político fraturado, restaurando a lógica de rotativismo dominante durante décadas, e por essa via abrir caminho ao regresso da direita ao poder.

**Levaremos este acordo de incidência parlamentar tão longe quanto possível, pela proposta e pela alternativa, e faremos todos os possíveis por mantê-lo, traduzindo-o ao longo da legislatura em medidas concretas. É esse o nosso objetivo.**

Mas sabemos como a pressão da direita e sobretudo da União Europeia vai procurar condicionar a ação governativa de António Costa, formulando sucessivas exigências de novas medidas de austeridade e de recuo nas já tomadas, seja em sede orçamental ou através dos chamados planos de estabilidade e de reformas, seja por novas dificuldades vindas da falência do sistema financeiro.

**Em caso de quebra ou descaminho do atual quadro governativo não serviremos de muleta de apoio a nenhuma solução de governo que desenvolva intentos contrários à defesa do Trabalho, à promoção do rendimento e dos direitos das classes trabalhadoras, à dignidade e à proteção aos idosos, aos pobres e aos excluídos.**

A resposta que será indispensável construir nessa circunstância, que configuraria um novo quadro político, não deixará de ter em conta as diferenciações e ruturas que poderão surgir no seio do próprio PS, procurando favorecer uma recomposição da esquerda, com vista a impedir o regresso da direita, para o que se torna igualmente necessário atrair outros setores da

esquerda socialista e independentes que fizeram experiências de organização recentes, tanto nas eleições legislativas como nas presidenciais.

É naturalmente necessário continuar a procurar convergências com o Partido Comunista, importante aliado no combate contra a austeridade e o neoliberalismo, o que num imprescindível quadro de respeito mútuo não deve apoucar-se com ressentimentos estéreis. O BE procurará relacionar-se com o PCP com a normalidade e a dignidade que os cidadãos que confiam nestes dois grandes partidos da esquerda portuguesa deles exigem.

**Nesse largo caminho de convergência e de ação conjunta, o Bloco coloca-se, pela iniciativa, no centro do processo e, sem perder autonomia nem ficar dependente de ninguém, empenha-se decisivamente em ultrapassar o clima de desconfiança e de querelas sectárias, extravagantes e inúteis que têm bloqueado caminhos à esquerda, com maturidade, sentido de responsabilidade e acerto tático, o que constitui um desafio fundamental que se coloca hoje ao BE.**

## **Contribuir para inverter a tendência de refluxo do movimento social**

As grandes manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, buzinações em várias regiões do país, concentrações, por vezes acompanhadas de formas larvares e espontâneas de resistência ativa não têm conduzido ao fluxo do movimento social.

O que a atual correlação de forças parlamentar já deverá ser prosseguido sem cedências à chantagem da Europa, mas só um movimento de massas reivindicativo e combativo constitui garantia segura do efeito e alcance do que se for reconquistando.

Ao BE requer-se que contribua para a dinamização desse movimento, o que significa envolvimento e articulação dos aderentes no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e nos movimentos sociais, no sentido de elevar os níveis de mobilização e combatividade dos trabalhadores e de diferentes camadas da população em torno de agendas reivindicativas concretas de carácter progressivo.

Defendemos os direitos do Trabalho, a reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e extensões de saúde, unidades residenciais e de cuidados continuados, tribunais e repartições de finanças.

O estímulo ao desenvolvimento do sector produtivo nacional, implicando formas de reindustrialização, reforma do regime fundiário, incentivo às actividades económicas ligadas ao mar, preocupação com modalidades de economia social, domínio público de sectores económicos estratégicos, com reversão de privatizações e controlo sobre o sistema financeiro, se têm em vista uma menor dependência externa e o incremento de formas sociais de propriedade, não perde de vista o objectivo do combate ao desemprego e ao trabalho precário num quadro de desenvolvimento económico, que inverta o ciclo longo que a adesão à União Europeia impôs.

Queremos colocar o nosso activismo ao serviço das populações pobres e excluídas na mobilização de vontades para suprir necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social, designadamente de base cooperativa.

Defendemos a reutilização económica e social dos espaços industriais e comerciais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, e sustentamos que o estado deve dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social.

O objetivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza e ao desemprego, uma política de desenvolvimento económico que elimine as assimetrias entre o litoral e o interior.

**Com o socialismo no horizonte , o BE procura por todos os meios contribuir para a inversão deste prolongado ciclo de refluxo, respondendo à pressão austeritária e desobedecendo aos ditames da UE. A expressão parlamentar deste objetivo, traduzida em medidas concretas, pode ser um incentivo importante nesse sentido.**

## **Por uma alternativa ecossocialista**

O modelo de desenvolvimento económico tem-se pautado pela desvalorização e depauperização dos equilíbrios ambientais. O BE defende a transição ecológica baseada na diminuição progressiva do recurso às energias fósseis e à produção de materiais esgotantes e contaminantes, adequando o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar

duradouramente o capital natural planetário. Para tal torna-se necessário mudar o atual paradigma tecno-científico, com tudo o que isso implica no relançamento da atividade económica.

A criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.

O desenvolvimento científico e tecnológico deve ser posto ao serviço da sustentabilidade ambiental, criando condições, coercivas se necessário, para que a atividade industrial se possa depurar dos níveis irresponsáveis de contaminação ambiental sobre as águas, os solos ou o ar e que estão a provocar preocupantes alterações climáticas.

Defendemos a redução dos pesticidas e herbicidas, como o glifosato, a interdição do nuclear, a não prospeção de petróleo na costa sudoeste a sul de Setúbal e no Algarve, a realização de estudos epidemiológicos que façam o diagnóstico rigoroso dos efeitos das indústrias poluidoras sobre os trabalhadores e as populações, a proteção dos recursos hídricos e o recurso a formas de agricultura biológica.

Quanto às acessibilidades e ao ordenamento do território, defendemos a prioridade à ferrovia e o desincentivo ao uso da viatura própria, particularmente nas grandes cidades e nas suas periferias, a valorização da reabilitação urbana em detrimento da expansão dos centros populacionais.

**O BE sublinha a importância dos movimentos sociais e das diversas lutas de denúncia e resistência de natureza ambiental, solidariza-se e integra-se no combate pelo desenvolvimento de uma visão civilizacional alternativa - ecossocialismo - centrada na consideração da natureza como um dos pilares do desenvolvimento económico e social, operando a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo**

## **Educação, Cultura e disputa de hegemonia**

As funções sociais do estado foram alvo de uma ofensiva em larga escala. Quiseram tornar as escolas públicas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente

retrógradas, enquanto na ciência se desinvestia no ensino superior e na investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. É fundamental iniciar um processo de reversão desta situação.

Na defesa da Escola Pública propomos o lançamento de um movimento que inclua toda a comunidade educativa (professores, alunos, funcionários, mas também associações de pais, pedagogos, autarquias), que possa repensar a Escola como um espaço inclusivo, de qualidade, e democrático.

O BE defende a difusão e democratização dos produtos culturais por qualquer via, incluindo a digital, promovendo o acesso universal ao conhecimento e a preservação de um património e memória coletivos como práticas democráticas ativas.

A disputa hegemónica que se trava no campo da cultura justifica que as organizações do BE dediquem particular atenção à intervenção neste setor, combatendo a iliteracia e fomentando o debate, a formação, formal ou informal, e o apoio a movimentos e iniciativas que possam afirmar uma intervenção própria, de que o Desobedoc é exemplo, promovendo e apoiando redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo contra a inculcação ideológica da direita.

## **A luta feminista no ADN do Bloco**

A luta feminista faz parte do ADN do Bloco. Propõe uma outra dimensão à humanidade, potencia e afirma a democracia, impõe justiça, inscrevendo-se na primeira fila das lutas prioritárias, numa sociedade que ainda se articula sob a matriz ancestral do patriarcado.

O Bloco fez a diferença ao apresentar, na sua liderança, uma tríade de mulheres, que cedo granjearam tanto o respeito e consideração de largos sectores da população, como reacções históricas da direita retardada e provocadora.

Contudo, a visibilidade que hoje algumas mulheres têm na política não pode mascarar a eterna questão da desigualdade que obstinadamente subsiste, agravada dia a dia pela crise económica, pelas guerras, pelo triunfo do pensamento neoliberal.

A desigualdade notória na discriminação salarial, no ascender ao topo das hierarquias, na divisão sexual do trabalho, máxime no trabalho doméstico, a que se soma o quadro terrífico da violência doméstica com o seu arrastão de vidas roubadas, prova dramaticamente que a questão feminista continua na ordem do dia, devendo integrar de facto e de direito a agenda do bloco.

Neste quadro, impõe-se um permanente esforço não só de mudança, mas também de salvaguarda dos direitos já conquistados.

A agenda do feminismo não pode, contudo, fechar-se sobre si própria, devendo estar presente em todas as frentes de combate contra as mudanças que se passam sob a égide do capitalismo global e que configuram na sua quase totalidade ataques frontais a direitos tidos por adquiridos.

**As vertentes do feminismo devem interagir, interferir, intervir na sociedade como um todo, procurando integrar o político, o organizativo, o social, contribuindo, deste modo, não só para uma contínua renovação e aprofundamento da democracia, mas também para a transformação da paisagem física e ética do mundo em que nos coube viver.**

**Do mesmo modo devem ser tratadas outras causas ditas fracturantes: LGBT, racismos, xenofobias, não apenas através da visibilidade do Parlamento, mas promovendo acções que levem a uma efectiva mudança de mentalidades, no respeito pelas diferenças, com incidência prioritária nas camadas mais jovens, alicerçadas em grupos de trabalho que promovam debates e projectem campanhas eficazes e oportunas e não baseadas em uma qualquer intervenção mediática que não raramente se revela contraproducente.**

## **Alianças pela mudança na Europa**

O abrandamento das economias emergentes, o ciclo em baixa do preço do crude e de outras matérias-primas, o nervosismo e os picos de queda nas bolsas internacionais, a desvalorização de ativos que em muitos casos se revelaram verdadeiros embustes e a fragilidade da banca europeia como elo fraco da financeirização mundial, enleada no seu próprio veneno especulativo, tornam estes tempos incertos e complexos na Europa e no mundo.

Os efeitos da crise de 2008 do capitalismo internacional permanecem larvares e novas vagas recessivas podem irromper com efeitos devastadores para as economias e para a vida dos povos.

Por outro lado, a possível aprovação do Tratado Transatlântico esboça quadros de destruição da soberania alimentar, da apropriação dos bens comuns e da destruição das poucas válvulas de segurança na qualidade das águas e dos alimentos, ameaçando com a mercantilização voraz e desregulada à escala global.

A ofensiva contra forças progressistas na América Latina, designadamente o processo inacreditável pela destituição de Dilma, no Brasil, a guerra por estancar na Síria e nas regiões adjacentes e a consolidação e expansão da violência e da intolerância sob manto religioso,

cujas verdadeiras origens e interesses acoplados as potências capitalistas e a NATO não querem combater, traçam-nos um quadro marcado por erupções político-militares e cenários de guerra prolongada verdadeiramente preocupantes, exigindo de nós solidariedade ativa com velhas e novas causas internacionais – da Palestina ao Curdistão ou ao Sahara, assim como a saída da NATO.

Na Europa, em nome do Tratado Orçamental, a imposição da austeridade viola os direitos do trabalho, exclui criminosamente os mais pobres dos pobres e procede ao empobrecimento forçado de largos setores sociais intermédios, gerando profundas desigualdades. A sua abolição permanece como objetivo estratégico essencial. A democracia e a soberania dos países são ameaçadas e tudo o que se afaste da ortodoxia austeritária é implacavelmente perseguido e bloqueado.

A gestão amuralhada da crise dos refugiados, o acordo miserável com a Turquia ou as ameaças à livre circulação no espaço europeu representam recuos sérios em matéria de direitos humanos. Nalguns países ganham terreno movimentos e governos de extrema-direita, xenófobos, numa inquietante revivescência fascizante.

Neste contexto e no quadro da moeda única, com todas as suas deficiências de conceção e as assimetrias que causou, a grande questão que se coloca é a da capacidade de reconstrução de um modelo europeu democrático e solidário que respeite a soberania dos povos, a partilha de recursos pelos que mais deles necessitam, traduzido em fortes políticas sociais públicas e na gestão partilhada e sustentada dos bens comuns. As questões que se colocam em termos da saída ou da sobrevivência do euro enquadram-se neste grande combate em curso. E é na Europa que encontramos as forças que alicerçam essa capacidade de construção de uma outra Europa.

Ainda que o desenvolvimento de partidos com expressão popular e eleitoral à esquerda, como o BE, o Podemos ou o Sinn Fein, seja encorajador, as dificuldades são enormes e a conquista de maiorias sociais nos diferentes países é necessariamente um processo prolongado.

Verificam-se, por outro lado, interessantes diferenciações na social-democracia, de que Corbyn no Partido Trabalhista britânico é o mais expressivo. Não podem ainda ser ignorados nesta área movimentos ténues de questionamento dos efeitos do diktat europeu que merecem ser, não descartados, mas seguidos atentamente, com vista à agudização de processos de diferenciação interna nos partidos sociais-democratas bandeados com o neoliberalismo.

O acordo do BE com o PS, mesmo nas suas limitações e precariedade, encerra, constitui um bom exemplo internacional, o mesmo acontecendo com iniciativas como a Conferência

Internacional contra a Austeridade e pela Democracia na Europa, realizada em Março deste ano em Atenas, a par de outras, como manifestações internacionais em torno de questões concretas comuns em convergência com uma constelação de movimentos e grupos de cidadãos que na Europa são factores de mobilização contra a austeridade. Esta perspectiva permite ainda criar um quadro que desafie o Syriza a demarcar-se da derrota e da humilhação política que sofreu, realinhando-se no contexto da luta contra a austeridade.

**No combate contra a pressão financeira sobre a dívida, exigindo a sua renegociação, as mudanças em matéria de políticas governativas, tanto quanto possível sustentadas por um movimento social independente e desafiante em cada país, num contexto europeu ponderado globalmente, permitirão configurar a frente europeia contra a austeridade, alavanca indispensável para alterar as políticas europeias, invertendo a atual correlação de forças.**

## **Organização e democracia interna**

Apesar de alguns desenvolvimentos em matéria procedimental ocorridos desde a última convenção, para o que muito contribuiu a inexistência de uma maioria clara dentro do partido, a vida interna do BE continua a apresentar situações inadmissíveis numa organização democrática que urge ultrapassar.

As estruturas de base do BE têm de adquirir direito à palavra, à opinião e à decisão, vencendo as grandes deficiências em matéria de circulação de informação, que se manifestam também na desvalorização da Mesa Nacional por parte da Comissão Política, limitando-se os diferentes órgãos do partido, incluindo a Mesa Nacional, ou a tomar conhecimento, muitas vezes pela comunicação social, ou a ratificar decisões já dadas como adquiridas.

Por outro lado, muitas das iniciativas ou campanhas de propaganda que, pela sua exposição mediática, marcam todo o partido, devem ser previamente discutidas a nível regional e local e não surgirem a partir do Grupo Parlamentar ou da Comissão Política.

Só com a aproximação entre a base e o topo do BE se consegue desenvolver a mobilização dos aderentes e aumentar significativamente as taxas de participação em plenários e em eleições internas, atualmente baixíssimas, mesmo quando se destinam a determinar matérias tão relevantes como programas e listas de candidatura às legislativas.

O BE precisa de mais mecanismos de potenciação da participação das bases, capazes tanto de levar a Direção junto das estruturas locais como levar estas junto da Direção, achatando a estrutura piramidal existente, que as distancia. Precisa de sistemas de votação mais robustos e transparentes, mais abertos à expressão de toda a diversidade interna do partido. Há que valorizar a figura do referendo interno e, quando necessário, recorrer a esse instrumento novo na vida partidária.

A disputa em torno do controlo do aparelho, numa lógica de perpetuação da influência partilhada e exclusiva das grandes tendências, empobrece a capacidade de intervenção, marginaliza competências de muitos aderentes e mina a democracia interna. Não pactuaremos com essa lógica.

A participação dos aderentes na vida do BE deve ser presencial, particularmente nos processos eletivos e referendários. A proporcionalidade e a integração de todas as sensibilidades devem refletir-se em todos os órgãos, nas iniciativas públicas e na composição das listas para deputados, adicionando a este critério o da aptidão e perfil político mais adequado para o desempenho de tarefas concretas, dispensando os acordos exteriores aos órgãos estatutariamente consignados, que os condicionam e tantas vezes contribuem para disseminar pela militância a noção de que tudo se decide a nível de cúpulas, o que tem efeitos graves no afastamento de aderentes, incluindo quadros com grande potencial. Os acordos leoninos entre tendências, plataformas e grupos não podem ser fracionais, discriminatórios ou asfixiantes da vida interna do Bloco.

#### **Cinco medidas para aprofundar a democracia na vida interna do Bloco**

- O pagamento da quota anual constitui um vínculo fundamental do aderente em relação à organização e nesse estrito sentido o pagamento de uma quota, mesmo que simbólica no caso de aderentes desempregados ou em situações económicas difíceis, deve ser implementado.
- Os atos eletivos ou referendários são presenciais.
- Na composição dos órgãos eletivos prevalece o princípio da proporcionalidade.
- As minutas e memorandos das reuniões devem ser distribuídas um máximo de duas semanas após as reuniões a que se reportam.
- O Correio da Mesa Nacional deve voltar a ser distribuído por todos os aderentes.

**É de vida democrática, para além das correntes, de mais espaço político interno onde possam emergir, instalarem-se e consolidarem-se dinâmicas verdadeiramente democráticas**

**e participativas, de cima abaixo, em todas as estruturas e envolvendo todos os aderentes que o Bloco necessita!**

### **Arco-íris de todas as lutas**

Arsenalistas na revolução de Setembro de 1836, patuleias dez anos depois, socialistas republicanos, radicais, anarquistas na viragem do século, carbonários nas barricadas da Rotunda no 5 de Outubro de 1910, sindicalistas revolucionários na luta de classes que atravessou a República, não intervencionistas face à primeira guerra mundial, partidários da revolução soviética, comunistas, socialistas de várias tendências, anarquistas contra a ditadura militar e o fascismo em Portugal, abrilistas radicais de todas as cores nos anos brasa de 74-75, sobreviventes da ressaca dura dos anos 80, partidários de todas as causas libertadoras – feministas, LGBT, ecossocialistas, antinucleares, sindicalistas, militantes contra a guerra, ativistas pela solidariedade com os povos oprimidos, anti-racistas, é no Bloco de Esquerda que nos reencontramos, levantando a memória histórica da liberdade e da emancipação social, arco-íris de todas as lutas.

Subscritores: Novos Tempos Mais Bloco

1. Albérico Afonso 836 Setúbal/Setúbal
2. Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
3. Ana Cristina Sequeira 827 Setúbal/Setúbal
4. André Filipe Antunes 6622 Barreiro/Setúbal
5. António Tavares 1169 Almada/Setúbal
6. Armando Herculano 1750 Vila do Conde/Porto
7. Bill Williams 1175 Barreiro/Setúbal
8. Bruno Candeias 11738 Ermidas/Setúbal
9. Carlos Cabrita 4418 Silves/ Faro
10. Cristiana de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
11. Henrique Guerreiro 573 Setúbal/Setúbal
12. João Madeira 520 Sines/Setúbal
13. Jorge Candeias 9561 Portimão/Faro
14. Jorge Miguel Silva - 7983 - Vizela/Braga
15. José Manuel Carmo 1566 Tavira/Faro
16. Luís Miguel Pereira 250 Alcácer do Sal/Setúbal
17. Luísa Gonzalez 4351 Portimão/Faro
18. Maria Jorgete Teixeira 584 Barreiro/Setúbal
19. Marta da Visitação de Sousa, 4644 Marinha Grande/Leiria
20. Nelson Leonel Carneiro 3619 Vizela/Braga.
21. Paula da Costa Williams 1176 Barreiro/Setúbal

22. Rodrigo Trancoso 3582, Funchal -Madeira.
23. Rogério Miranda 2484 Setúbal/Setúbal
24. Rosário Vaz 5509 Barreiro/Setúbal
25. Sandra Manuela Ferreira Silva 3622 Vizela Braga.
26. Vítor Francisco Sousa 4309 Marinha Grande/Leiria